



Relatório de Atividades

**Grupo de Trabalho de Acompanhamento das
Transferências de Competências na Educação**

XIII Legislatura

1ª Sessão Legislativa

Coordenadora: Deputada
Susana Amador

Este Relatório de Atividades foi aprovado na reunião de 19 de julho de 2016.



Comissão de Educação e Ciência

Relatório de Atividades

Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação

1ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura

ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Relato cronológico das atividades do GT.....	5
3. Conclusões.....	24

1. Introdução

A salvaguarda dos interesses próprios das populações respetivas é uma formulação de tal forma ampla que legitima/ «*impõe*» a intervenção autárquica em todas as áreas.

Há efetivamente interesses que extravasam a esfera municipal e que têm que ser tratados a outro nível e há interesses simultaneamente locais e nacionais que são tratados aos dois níveis, mas de forma diferente.

Por isso, o artigo 237.º, n.º 1, da CRP, estabelece que as atribuições das Autarquias Locais sejam reguladas por lei, de acordo com o princípio da descentralização administrativa.

A Educação é um dos pilares fundamentais nas sociedades desenvolvidas. O desiderato de uma sociedade mais justa e responsável, mais qualificada e dinâmica, mais democrática e cívica, passa, necessariamente, pelo investimento contínuo na Educação.

A Educação é uma aposta que não se esgota num prazo temporal, renova-se, adapta-se e encara as novas dinâmicas e realidades, tendo sempre presente os princípios e valores que nos guiam, enquanto sociedade aberta e tolerante.

Os Contratos Interadministrativos de delegação de competências nos domínios da Educação (Contratos de Educação e Formação Municipal, celebrados ao abrigo do [Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro](#)) foram uma das componentes do desenvolvimento da reforma administrativa do XX Governo, que modificou o regime jurídico das autarquias locais e entidades intermunicipais.

A “descentralização de competências na área da educação” é mais vasta, abrange todos os Municípios portugueses continentais (as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira dispõem de Secretarias Regionais de Educação próprias), começou em 1984 ([Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro](#)) e abrange domínios que não estão previstos nos contratos interadministrativos (por exemplo, os transportes escolares).

Comissão de Educação e Ciência

Em rigor, podemos considerar que existem três tipos de competências (próprias e delegadas/contratualizadas): Competências gerais das autarquias locais; Competências das autarquias locais com contratos de execução ([Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho](#)); Competências das autarquias locais com contratos de educação e formação municipal (contratos interadministrativos - DL 30/2015).

A descentralização de competências em matéria educativa é assim um processo que requer toda a nossa atenção e competente acompanhamento, designadamente com a publicação do citado Decreto-lei n.º 30/2015, cujos impactos urge conhecer, dadas as tensões, dúvidas e críticas advindas de vários sectores que estiveram subjacentes à sua aprovação.

O Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação, criado na atual sessão legislativa, tem como mandato promover a reflexão, acompanhamento e debate em torno das transferências de competências na educação.

Na atual legislatura, este Grupo de Trabalho (GT) foi constituído pelos (as) seguintes Deputados (as):

Susana Amador - Coordenadora	PS
Maria Germana Rocha	PSD
António Eusébio	PS
Joana Mortágua	BE
Abel Baptista	CDS-PP
Ana Virgínia Pereira	PCP
Pedro Pimpão	PSD (suplente)
Sandra Pontedeira	PS (suplente)

O Grupo de trabalho apresentou um [Plano de Atividades](#) que foi aprovado pela 8ª Comissão.

2. Relato das atividades do GT

Após a aprovação do plano de atividades, o GT iniciou as suas reuniões para preparar, debater, planear e organizar cada uma das atividades que faziam parte da proposta de trabalho e que se apresentam, de seguida:

A. Conferência sobre a Descentralização de Competências na Educação: O Papel do Poder Local



A Conferência sobre a Descentralização de Competências na Educação: O Papel do Poder Local foi realizada no dia 15 de junho de 2016, entre as 09h30 e as 13h30, no Auditório do Edifício Novo

Foram convidadas desta Conferência as ilustres palestrante Manuela Mendonça, Professora - Secretariado Nacional da FENPROF, Paulo Batista, Presidente da Câmara Municipal da Batalha, António Neto Mendes, Professor da Universidade de Aveiro, Vanessa Silva, Vereadora da Educação, Juventude e Modernização Administrativa da Câmara Municipal do Seixal e José Matias Alves, Professor da Universidade Católica Portuguesa.

Esta conferência foi bastante participada pelos convidados, cujos contributos e intervenções fazem parte integrante desta [conferência](#), quer em registo áudio e vídeo quer através dos [documentos escritos](#).

Comissão de Educação e Ciência



Comissão de Educação e Ciência



B. Audição Parlamentar sobre Descentralização de Competências na Área da Educação



Comissão de Educação e Ciência

A Audição Parlamentar sobre a Descentralização de Competências na Área da Educação foi realizada no dia 25 de maio de 2016, entre as 09h30 e as 13h30, no Auditório do Edifício Novo

Esta audição foi bastante participada pelos convidados, agentes educativos, municípios e demais entidades competentes, cujos contributos e intervenções fazem parte integrante desta [audição](#), quer em registo áudio e vídeo quer através dos [documentos escritos](#).



C. Audições

Ao longo de toda a sessão legislativa, foram ainda realizadas [audições](#) com as seguintes entidades:

ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	2016-02-17
ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias	2016-02-17
Presidente do Conselho das Escolas	2016-02-16

De todas estas audições, foram colhidas informações que se tornaram úteis e pertinentes para uma melhor análise desta temática.

Os documentos associados às audições realizadas podem ser consultados na página da internet do [Grupo de Trabalho](#).

D. Elaboração de um Questionário aos Municípios

Foram enviados aos 15 Municípios com contratos interadministrativos de delegação de competências na educação um questionário para fazer o balanço do funcionamento dos mesmos, tendo obtido respostas de todos.

O questionário, assim como as respostas recebidas podem ser consultadas na [página do Grupo de Trabalho](#).

E. Visitas realizadas pelo Grupo de Trabalho

Foram realizadas duas visitas de trabalho aos [Municípios de Matosinhos e Cascais](#), que têm contratos interadministrativos, tendo reunido com os responsáveis do Município, elementos do Conselho Municipal de Educação e demais agentes educativos, incluindo os diretores das escolas e representantes das associações de pais.

- **Município de Matosinhos -2 de maio de 2016**

Estiveram presentes os (as) deputados (as) Susana Amador (PS, Coordenadora do Grupo de Trabalho), Maria Germana Rocha (PSD), Sandra Pontedeira (PS), Luís Monteiro (BE), Abel Baptista (CDS-PP) e Ana Virgínia Pereira (PCP).

A delegação do Município e as Escolas foi constituída por:

Câmara Municipal

- Correia Pinto: Vereador da Educação
- Lília Pinto: Diretora do Departamento de Intervenção Social
- António Lopes: Chefe de Divisão de Educação
- Rute Rijo: Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos
- Alexandra Ferreira: Técnica Superior da Divisão de Educação
- Sandra Rios: Técnica Superior da Divisão de Educação

Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas – AE/E

- José Faria: Diretor do AE Abel Salazar, S. Mamede de Infesta
- Isabel Morgado: Diretora do AE Padrão da Légua, Custóias
- Áurea Silva: Adjunta do Diretor do AE Irmãos Passos, Guifões
- Isabel Pina: Diretora do AE Senhora da Hora
- Norberto Costa: Adjunto da Diretora do AE Óscar Lopes, Matosinhos
- Elizabete Ferreira: Diretora do AE de Matosinhos
- José Caldas: Diretor da Escola Secundária Augusto Gomes, Matosinhos
- José Ramos: Diretor da ES João Gonçalves Zarco, Matosinhos
- Jorge Sequeira: Diretor do AE Fernando Pinto de Oliveira, Leça da Palmeira
- Inês Vilar: Diretora da Escola Secundária da Boa Nova, Leça da Palmeira
- Óscar Pereira: Diretor do AE Perafita
- Isabel Santos: Diretora do AE José Domingues dos Santos, Lavra

FAP – Federação Concelhia das Associações de Pais

- Luis Filipe Torres

- José Carlos Santos

“ O Vereador da Educação da Câmara Municipal de Matosinhos, Correia Pinto, deu as boas vindas aos presentes.

A Deputada Susana Amador (PS), Coordenadora do Grupo de Trabalho, fez o enquadramento e deu informação sobre as atividades desenvolvidas pelo mesmo e indicou depois que o Governo também tem um Grupo de Trabalho para acompanhamento do processo da descentralização de competências na educação, pretendendo prosseguir o processo, eventualmente com base legislativa e não só contratual. Realçou depois o trabalho insubstituível do poder local.

Por último, realçou que os Deputados fazem um trabalho de proximidade com as entidades do terreno, para criação da legislação mais adequada.

O Vereador Correia Pinto fez depois um balanço sobre o processo de descentralização de competências e sobre o contrato celebrado com a autarquia, tendo remetido posteriormente um documento de trabalho sobre a sua intervenção, que está disponível na [página da Comissão](#).

Referem-se, em síntese, algumas indicações transmitidas:

- 1. Inicialmente o processo estava mais centrado nos resultados da eficiência de gestão de recursos, financeiros e humanos, do que na eficiência pedagógica;*
- 2. O Ministério da Educação esteve sempre pouco envolvido;*
- 3. O contrato com o Município de Matosinhos inclui todas as escolas do mesmo;*
- 4. Foram transferidos para a responsabilidade da autarquia os edifícios escolares de todas as escolas, com exceção dos intervencionados pela Parque Escolar E.P.E.;*
- 5. O pessoal não docente foi transferido para a autarquia em regime de mobilidade;*
- 6. Trata-se de um modelo de descentralização por delegação de competências, que pode cessar por vontade das partes, nos termos do contrato;*
- 7. Estão definidos os responsáveis pelas várias áreas de atuação, entre o Ministério, o Município e as escolas;*

Comissão de Educação e Ciência

8. *Mantêm-se no Ministério da Educação as competências para a definição das políticas educativas de âmbito nacional, a contratação de professores e a avaliação do sistema;*
9. *Os rácios dos assistentes operacionais são exíguos para cobrirem todas as necessidades, designadamente, para apoio aos alunos com necessidades educativas especiais e tendo em conta o tipo de edifícios;*
10. *Há necessidade de estabelecer indicadores para outros profissionais, nomeadamente, assistentes técnicos, psicólogos, assistentes sociais e terapeutas e de se criarem equipas pluridisciplinares;*
11. *Necessidade de regular a substituição mais rápida do pessoal não docente, tendo solicitado uma bolsa ágil para o efeito;*
12. *Em relação ao parque escolar, pediu a clarificação dos conceitos de manutenção e reabilitação das instalações e que fossem repensados os montantes atribuídos para a primeira - atualmente de 20.000€ por edifício - consoante o estado de conservação do edifício. Informou também que ainda não tinham conseguido elaborar o plano de reabilitação, indicando que as verbas do QCA eram insuficientes e não se previa que o Ministério da Educação tivesse verbas para o efeito;*
13. *O modelo de financiamento estabelecido ainda não é avaliável integralmente, as verbas transferidas são diferentes nos vários meses e registam-se preocupações em relação ao seu timing - referindo que a Câmara já fez transferências para as escolas até junho e só receberam do Ministério da Educação até abril – e regime, considerando que a situação será ainda mais complexa na generalização a todos os municípios;*
14. *A composição do Conselho Municipal de Educação devia ter uma componente decidida no contexto local;*
15. *A Comissão de Acompanhamento, com representantes do Ministério da Educação e das Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional, funciona regularmente, mas não responde a todos os problemas, não sendo eficaz.*

Intervieram depois os Diretores de várias escolas, indicando, em resumo, o seguinte:

1. *A descentralização gera maior proximidade, o que é positivo, mas tem desvantagens nos aspetos burocráticos;*

Comissão de Educação e Ciência

2. *Registam-se dificuldades nas instalações, os rácios do pessoal técnico são exíguos, há dificuldades financeiras, mas ainda é cedo para uma avaliação;*
3. *O Ministério da Educação solicita à escola elementos para o seu sistema de informação (MISI), os quais também têm de ser dados à autarquia, pelo que se verifica duplicação de informação disponibilizada pela escola, tendo sido pedida a simplificação do processo;*
4. *As escolas podem gerir 25% do currículo, mas isso já se verifica nas escolas que têm contrato de autonomia;*
5. *Há atrasos na transferência de verbas respeitantes ao desporto escolar;*
6. *Os rácios de assistentes operacionais foram alterados mas ainda continuam exíguos, nomeadamente, para acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais e no caso de escolas que dinamizam muitos projetos, incluindo nos fins-de-semana;*
7. *Existe pouca informação sobre o processo, embora o Município tenha enviado as súmulas das reuniões da Comissão de Acompanhamento;*
8. *A avaliação ainda é difícil, por o processo ser recente, mas há algumas vantagens no mesmo e as questões resolvem-se através de contacto com o Município, de forma mais rápida;*
9. *Há necessidade de repensar o Conselho Municipal de Educação;*
10. *É importante que haja mais reuniões, para se equacionarem as questões.*

Os representantes das Associações de Pais referiram o seguinte:

1. *A colocação do pessoal não docente teve um reforço pelo Município e registou-se uma melhoria a nível dos alunos com necessidades educativas especiais;*
2. *Registaram como negativo o facto de os representantes dos pais serem considerados como consumidores passivos da escola, estando longe da gestão da mesma, referindo que têm participação no Conselho Municipal e no Conselho Geral da escola (mas não no Conselho Pedagógico), mas têm pouca informação em relação ao processo de descentralização e não participam na Comissão de Acompanhamento, tendo solicitado a reponderação da situação;*
3. *Têm expectativas em relação à descentralização, mas duvidam que a qualidade do ensino vá melhorar.*

Comissão de Educação e Ciência

Interveio depois a Deputada Germana Rocha (PSD), que agradeceu as respostas enviadas ao inquérito remetido aos 15 Municípios relativamente à execução dos contratos interadministrativos celebrados no ano de 2015, fez referência às audições realizadas com o Conselho de Escolas, ANAFRE e ANMP (documentação disponível na página do [Grupo de Trabalho](#)) e considerou que as informações rececionadas permitem concluir que o balanço relativamente à execução aos contratos interadministrativos é francamente positivo.

Referiu também que o Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação é crucial para fazer a avaliação e equacionar o que deve ser reajustado. Colocou depois questões sobre a aludida ineficácia da Comissão de Acompanhamento, pedindo indicação dos seus motivos, realçou a existência da Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo municipal atualizados e o facto de o contrato abranger todas as escolas do Município.

Manifestou ainda a necessidade de serem ultrapassados os constrangimentos das plataformas e clarificada a dupla tutela das escolas e salientou que em relação ao pessoal não docente a gestão de proximidade permitiu melhorar muito. Por último, pediu a posição sobre o alargamento das Atividades de Enriquecimento Curricular até ao 9.º ano e referiu que a falta de informação e participação das Associações de Pais era matéria a reponderar.

A Deputada Sandra Pontedeira (PS) considerou que a avaliação podia ainda ser prematura, defendeu a necessidade de avaliação dos 3 modelos existentes e salientou que a prestação de informação aos representantes dos pais não podia depender da boa-vontade dos agentes.

Referiu depois que as questões pedagógicas não fazem parte do contrato, pediu indicação do número global do pessoal não docente e manifestou que as questões burocráticas deviam ser melhoradas, anulando duplicações.

O Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que o BE desde início colocou reticências ao processo, tendo referido que a Educação é uma função do Estado e deve ficar na sua tutela, sendo que a delegação de competências pode levar à desresponsabilização do Estado central em relação às políticas públicas, ficando a responsabilidade nos Municípios, com risco de verbas, atentas as dificuldades financeiras dos mesmos, preocupação que se coloca em relação à educação e a outras áreas, como os transportes.

Defendeu mais proximidade, equacionou o papel do Ministério da Educação, referindo que não pode sobrecarregar as escolas com mais burocracia, tornando-se necessário agilizar os processos e salientou que ainda há pouco tempo de execução dos contratos e poucos exemplos, para se poder retirar uma conclusão geral. Indicou depois que a Câmara de Matosinhos tinha uma articulação inteligente, que poderia não se verificar noutros Municípios, defendendo que o modelo devia ser previsto na lei e não estar dependente da boa-vontade dos Municípios. Por último, indicou que neste momento ainda há verbas do Quadro Comunitário de Apoio para intervenção nas instalações das escolas, mas a Parque Escolar não tem verbas suficientes.

O Deputado Abel Baptista (CDS-PP) referiu que Matosinhos tinha querido integrar o processo e que neste se tinha optado por casos de estudo. Considerou que o processo corria bem, embora necessitasse de ajustamentos, realçou que estava em causa um processo de escolaridade obrigatória, que funciona melhor com um sistema de proximidade, que gera mais pressão para melhorar e deu exemplos da sua experiência como vereador da Educação.

Fez depois referência ao modelo de financiamento, indicou que nas escolas com intervenção da Parque Escolar se gastou muito dinheiro e defendeu a necessidade de avaliação, tendo em conta as instalações. Em relação aos rácios de pessoal não docente referiu que no pré-escolar ainda se mantém um rácio desatualizado, de um auxiliar para 3 salas. Considerou que não obstante a autonomia das escolas, há necessidade de uniformização dos processos, realçando a influência no prosseguimento de estudos.

Defendeu ainda melhorias nos aspetos burocráticos, lamentou as queixas dos pais, considerou que tinham de ter informação completa, devendo a lei prever a sua participação e realçou a necessidade de uma maior atribuição de pessoal auxiliar para apoio às ações de desporto escolar.

A deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) referiu que o PCP não acompanhava este processo por considerar que, sendo a educação um setor estratégico para o crescimento do país e para a elevação da cultura, tem que estar na tutela da Administração Central e o que está subjacente a este processo é a desresponsabilização do Estado por uma das suas funções sociais.

Defendeu que a Delegação de Competências nas autarquias poderá gerar assimetrias, a vários níveis, entre a população, uma vez que o país apresenta diferentes graus de desenvolvimento assim como de

práticas municipais e por-se-á em causa, com estes contratos, a universalidade da oferta da escola pública, consagrada na CRP.

Referiu ainda que a passagem para as autarquias de poderes do domínio da gestão curricular e pedagógica, de recursos humanos, definição da rede, colocação de alunos e matrículas esvazia a escola das suas competências, vertendo-as nas autarquias.

Acrescentou que os problemas de financiamento a que as Câmaras têm estado sujeitas, como aqui foi referido, são mais um elemento que prova que esta não é uma boa opção, pois as escolas não podem estar na dependência do orçamento e da importância que cada autarquia atribui à educação.

Aduziu, também, que muitas autarquias responsabilizam algumas empresas para contratar professores das AEC, que recebem salários com valores ínfimos.

Foi também dada nota do secretismo que rodeou o processo de delegação de competências na educação, feita ao arrepio de professores e de toda a comunidade escolar, bem como da forte oposição dos docentes a este processo.

Finalmente, questionou o Município sobre o estado de concretização da oferta formativa de base local, bem como da sua operacionalização e definição de conteúdos.

A terminar, a Deputada Susana Amador (PS), Coordenadora do Grupo de Trabalho, referiu as fragilidades e os aspetos positivos indicados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (disponível na [página da audição desta](#)) e pediu para se pronunciarem.

Na sequência das questões colocadas, o Vereador Correia Pinto informou que a Comissão de Acompanhamento reúne com regularidade, mas com frequência não dá respostas. As competências foram transferidas em momentos diferentes, umas em setembro, outras em outubro e outras só em janeiro e a plataforma só conseguiu funcionar em finais de fevereiro, mas muita informação não funciona. Em relação ao alargamento das Atividades de Enriquecimento Escolar até ao 9.º ano, considerou que não é uma prioridade, entendendo que seriam preferíveis outras medidas mais importantes para o sucesso escolar.

Sugeriu depois a integração de representantes dos pais na Comissão de Acompanhamento, embora tenha alertado que não pode haver uma Comissão por Município. Referiu que o Conselho Municipal de

Educação não tem exercido todas as suas competências. Indicou depois que o pessoal não docente inclui 675 pessoas e 5% estão a faltar em permanência, sendo utilizado o contrato emprego-inserção.

Informou ainda que neste momento têm um concurso aberto, para recrutamento de 70 assistentes operacionais.

Referiu que ainda não conseguiram chegar à melhoria dos resultados escolares e indicou que as plataformas do Ministério da Educação não estão ajustadas aos contratos interadministrativos, como experiência-piloto, devendo ser melhoradas, salientando que a transferência global para todos os Municípios pode gerar dificuldades. Defendeu a mobilidade do pessoal não docente entre escolas, referindo que tratam dela e resolvem muitos problemas.

Por último, realçou que identificam muitas mais-valias no processo e quando se libertarem das questões administrativas poderão melhorar os resultados escolares, objetivo final, tendo feito um balanço final positivo e salientado que são capazes de fazer a identificação dos problemas e de os resolverem.

A terminar, a Federação de Pais referiu que os pais estão fora do conselho pedagógico e manifestou preocupação em relação ao facto de os alunos da Escola Padrão da Légua, cujas instalações são da responsabilidade da Parque Escolar, não irem ter a escola nova acabada em setembro de 2016.”

A documentação da visita encontra-se disponibilizada na [página da Comissão](#).

- **Município de Cascais -3 de maio de 2016**

Estiveram presentes os (as) deputados (as) Susana Amador (PS, Coordenadora do Grupo de Trabalho), Ricardo Baptista Leite (PSD), Maria Augusta Santos (PS) e Ana Virgínia Pereira (PCP).

A delegação do Município, Escolas e outras entidades foi constituída por:

Vereador da Educação - Frederico Pinho de Almeida

Diretor de Departamento de Educação e Desporto – João Bento Vitorino

Escolas e outras entidades

<u>Entidade</u>	<u>Representação</u>
AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS	
Alapraia	Sílvia Lemos
Alcabideche	António Gomes
Alvide	Rogério Henriques
Carcavelos	Adelino Calado
Cascais	Isabel Carvalho
Cidadela	José João Osório
Frei Gonçalo Azevedo	David Sousa
Ibn Mucana	Teresa Lopes
Matilde Rosa Araújo	Hélia Rodrigues
Parede	José Guerreiro
São João do Estoril	José Loureiro
ESCOLA COM CONTRATO	
Escola Salesiana Manique	Augusto Salvador
JUNTAS DE FREGUESIA	
Junta Freguesia Alcabideche	Rui Costa
Junta Freguesia Carcavelos Parede	Zilda Silva
Junta Freguesia Cascais Estoril	Pedro Morais Soares
Junta Freguesia São Domingos Rana	Maria Fernanda Gonçalves
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS	
FAP-Federação Associações Pais e Enc. Educação Conc. Cascais	José Batalha
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Representante Estabelec. Educação Ensino Básico e Secund. privado	Aurora Valois

Comissão de Educação e Ciência

Representante Estabelecimentos Educação e Ensino Básico e Secundário privado	Enoque Ferreira
Representante das Forças de Segurança	Angelina Ribeiro - em representação
Representante do Conselho Municipal de Juventude	Lara Custódio

“ O Vereador da Educação da Câmara Municipal de Cascais, Frederico Pinho de Almeida, deu as boas vindas aos presentes e informou que Cascais faz parte da Rede Internacional de Cidades Educadoras e recebe este ano o XV Congresso da Rede, tendo de seguida sido feita a apresentação do respetivo vídeo de candidatura.

A Deputada Susana Amador (PS), Coordenadora do Grupo de Trabalho, fez o enquadramento e deu informação sobre as atividades desenvolvidas e previstas pelo mesmo e indicou depois que o Governo também tem um Grupo de Trabalho interministerial para acompanhamento do processo da descentralização de competências na educação, e está a preparar uma lei-quadro das competências, para continuar e aprofundar o processo. Referiu depois que a Assembleia da República está a participar no processo e a contactar os agentes da comunidade educativa e realçou a autonomia do poder local, a não pôr em causa a autonomia das escolas, tendo indicado que a escola pública é uma grande conquista da democracia.

O Vereador Frederico Pinho de Almeida referiu que os Municípios ficam agradados com a visita dos Deputados da Assembleia da República e defendeu que uma gestão de proximidade é tendencialmente mais eficaz. Referiu depois que em 2012 pediram um [estudo à Universidade do Porto](#) e foi criado o projeto de Administração Local de Educação e Formação de Cascais, com um novo modelo em termos de educação, resultante da cooperação entre as escolas e a Câmara Municipal (ALEF), que levaram ao Governo. Quando o Governo lançou o programa Aproximar, Cascais aderiu, tendo o processo sido negociado pelo Governo e a autarquia, com o consenso global das escolas e das Associações de Pais.

Em relação ao contrato interadministrativo de delegação de competências, referiu, em síntese, o seguinte:

- 1. O contrato não inclui as infraestruturas, tendo justificado que só aceitaram o que era positivo para o concelho e indicado que há 2 escolas provisórias que se encontram nessa situação há mais de 20 anos e outra que se encontra numa situação grave em termos de instalações, pelo que só haverá transferência das infraestruturas com as verbas respetivas;*

2. *O arranque do ano letivo 2015-2016 foi muito melhor que o dos anteriores em termos de pessoal não docente e trata-se de um ano de transição, em que ainda houve recurso a contratos emprego-inserção, mas lançaram já um concurso para recrutamento de 70 assistentes operacionais, ficando o referido tipo de contrato só para situações excecionais;*
3. *A Comissão de Acompanhamento da execução do contrato reúne regularmente e tem tido um funcionamento positivo;*
4. *A comunicação tem fluído e há uma ligação muito próxima entre o Município, as escolas e as Associações de Pais;*
5. *Há necessidade de reponderar a substituição do pessoal com “baixa”/ausência de longa duração, mais de 30 dias. Pediram ao Ministério da Educação a atribuição de “horas de limpeza”, para colmatar as falhas, mas não foi aceite;*
6. *Não aceitam ser intermediários financeiros, as verbas para pagamento da água e luz das escolas vêm do Ministério da Educação para as escolas e estas fazem os pagamentos respetivos, não passando pelo Município;*
7. *Em relação à distribuição do leite escolar, assumiram as competências inerentes a partir de 1/1/2016, fizeram um concurso para todas as escolas do município e o custo baixou pelo efeito de escala;*
8. *Está em implementação um software de gestão único das escolas;*
9. *Alguns departamentos do Ministério da Educação não têm conhecimento do contrato interadministrativo de delegação de competências, verificando-se desarticulação de informação;*
10. *A rede escolar é definida com a participação do Ministério da Educação;*
11. *Verifica-se um desfasamento entre o discurso político e a prática no que se refere ao ensino profissional, tendo indicado ainda limitações da DGEST na criação de novas turmas daquele ensino, mesmo que reduzam as turmas do ensino regular;*
12. *O ensino profissional tem registado muito bons resultados e o Município tem feito um grande investimento a esse nível, nomeadamente, em infraestruturas e equipamento;*
13. *A Carta Educativa e o Plano Estratégico Educativo Municipal estão em revisão, com o apoio do Instituto Superior Técnico, incluindo a intervenção na área do desporto, criação de fóruns, etc;*

Comissão de Educação e Ciência

14. *25% da componente curricular pode ser local, da autonomia do concelho e vai ser definida no Plano Estratégico Educativo Municipal, sem pôr em causa a autonomia de cada Agrupamento de Escolas que tenha projetos educativos específicos;*
15. *A manutenção das escolas do 1.º ciclo e dos jardins-de-infância foi delegada nas Juntas de Freguesia e tem corrido de forma positiva.*

Intervieram depois os Diretores de várias escolas, indicando, em resumo, o seguinte:

1. *Louvaram a presença dos Deputados e a respetiva posição de proximidade e pediram um entendimento dos partidos em relação às políticas educativas, que lhes dê continuidade e estabilidade, evitando situações como a variação nos exames;*
2. *A descentralização é um desafio para todos e implica muita prática de diálogo e uma relação de confiança e transparência no processo. Pediram uma lei-quadro com a clarificação dos poderes das várias partes, para que haja maior confiança dos intervenientes;*
3. *O grande salto é o currículo, matéria a incluir no Plano Estratégico Educativo Municipal. Não há disciplinas estruturantes, são todas importantes;*
4. *Tem-se registado uma proximidade com a equipa de educação do Município e fazem uma avaliação positiva do contrato;*
5. *Manifestaram preocupação com o facto de este ano, no ensino profissional, só haver um número de turmas igual ao do ano anterior;*
6. *O novo despacho de gestão do ano letivo introduz alterações. Anteriormente havia mais delegação de competências dos Diretores Gerais nos Diretores das escolas;*
7. *A melhoria de desempenho prevista no artigo 41.º do contrato interadministrativo (a nível de abandono escolar, classificações dos exames nacionais e taxa de retenção) não se consegue facilmente.*

Os representantes da Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais (FERLAP) referiram o seguinte:

1. *A FERLAP deliberou apoiar o contrato e vê-o como o início de um processo;*
2. *Pedem mais autonomia para o Município e as escolas;*

3. *Há necessidade de o Município negociar com o Ministério da Educação as questões das instalações;*
4. *Pedem estabilidade no essencial das políticas educativas.*

Intervieram depois os Deputados Ricardo Baptista Leite (PSD), Maria Augusta Santos (PS) e Ana Virgínia Pereira (PCP), indicando as posições dos respetivos Grupos Parlamentares em relação à descentralização na educação (a favor os Deputados do PSD e do PS e com reticências a Deputada do PCP).

O Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD) fez referência à interligação de todos os agentes educativos, à delegação de competências nas escolas, às desigualdades a nível social, que exigem diferenciação positiva, à existência no concelho de um número idêntico de estudantes no ensino privado (49%) e no público (51%) e manifestou a necessidade de paz e continuidade nas políticas educativas, que ultrapassem os ciclos políticos.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) saudou a Câmara e os atores educativos, incluindo os alunos, realçando que estes precisam das ferramentas que a escola lhes dá. Indicou que não se recordava de um ano em que não tivesse havido alterações na escola, salientou a grande evolução da formação e qualificação dos jovens e manifestou confiança no Governo atual, bem como nos anteriores. Enfatizou ainda o esforço de todos, incluindo o trabalho parlamentar e a necessidade de diálogo permanente.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) informou que o Município da Maia já tinha denunciado o contrato interadministrativo, que só incluía um Agrupamento de Escolas, tendo indicado que não havia entusiasmo dos diretores das outras escolas do município em relação ao contrato. Referiu depois que o PCP não concorda com a transferência/delegação de competências, entendendo que a educação é uma função social do Estado, da qual este não deve desresponsabilizar-se sob pena de se pôr em causa a universalização da educação para todos, dadas as assimetrias que se verificam quer entre os diferentes concelhos quer na forma como cada município valoriza a educação, podendo potencializar as já tão graves desigualdades .

Mencionou que o processo de delegação tinha sido secreto, sem transparência, não tendo sido clarificado pelo Ministério da Educação nem pelos Municípios, os professores não tinham sido ouvidos e mais de 90% estava contra a delegação de competências. Acrescentou que os Municípios se queixam

da falta de transferência de verbas ao nível do 1.º ciclo, realçou que a contratação de docentes para as AEC é feita por empresas, em vários Municípios, com preços/hora muito baixos e referenciou a falta de assistentes operacionais e a insuficiência dos rácios desse pessoal, tendo-se ainda manifestado contra os contratos emprego-inserção.

Defendeu que as funções pedagógicas se integram na competência exclusiva das escolas e salientou que os contratos interadministrativos inicialmente previam a contratação de docentes, que depois não foi incluída. Por último, realçou que está prevista a hipótese da existência de oferta de base local, até 25% do currículo, podendo o Município contratar docentes para esse efeito.

Interveio depois um Vereador do PCP, valorizando a escola pública, referindo que muitas têm más instalações e não têm obras, entendendo que deviam ter sido incluídas no contrato. Queixou-se ainda das refeições nos refeitórios escolares.

A representante do ensino privado referiu que os colégios estão com problemas, devidos à concorrência e recebem alunos com dificuldades. Salientou a grande diversidade de oferta do ensino privado, a concorrência entre colégios e com a escola pública e realçou que Cascais é rico em variedade de oferta.

Na sequência das questões e observações colocadas, o Vereador Frederico Pinho de Almeida informou que as AEC são desenvolvidas através de parcerias com as Juntas de Freguesia, as Associações de Pais e as Instituições Particulares de Solidariedade Social e quando alguma das partes não está contente, altera-se a situação. O aspeto de menor bom funcionamento resulta do Ministério da Educação, que só dá indicações sobre as AEC em julho, tendo pedido mais antecedência. Manifestou ainda discordância em relação à fixação de uma hora por dia.

Referiu que não se queixava da falta de transferência de verbas, mas sim da alocação das mesmas. Salientou que aceitaria a transferência das instalações, mas apenas com as verbas necessárias e informou que têm tido intervenções mesmo nas escolas da responsabilidade do Ministério da Educação. Esclareceu que em Cascais nunca se falou em transferência de competências em relação ao pessoal docente.

Indicou que a alimentação é uma responsabilidade do Município no 1.º ciclo, referiu o valor a pagar pelos alunos com SASE, salientou que os alunos sem apoio pagam 1,46€ e informou que no caso dos alunos do 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, mesmo que os pais não paguem a

senha, o aluno não deixa de almoçar. Indicou ainda que este ano foi introduzido o lanche nas escolas, integralmente pago pelo Município.

A terminar, referiu que o Município não faz apologia do ensino privado, defendendo o ensino público e salientou que fizeram grandes investimentos no âmbito do ensino profissional e numa escola inclusiva.”

A documentação da visita encontra-se disponibilizada na [página do Grupo de Trabalho](#)

3. Conclusões

O trabalho desenvolvido no âmbito do Grupo de trabalho revelou-se positivo e bastante substantivo.

As atividades realizadas permitiram aferir a perceção dos impactos resultantes da aplicação dos Contratos Interadministrativos de delegação de competências nos domínios da Educação (Contratos de Educação e Formação Municipal, celebrados ao abrigo do [Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro](#)), os quais foram uma das componentes do desenvolvimento da reforma administrativa do XX Governo, que modificou o regime jurídico das autarquias locais e entidades intermunicipais.

Por outro lado, a Audição Parlamentar e a Conferência realizada permitiram de forma plural e abrangente identificar um conjunto de questões que carecem de ponderação e reflexão.

A necessidade de debate alargado, auscultação prévia a todas as entidades envolvidas e a necessidade de confiança entre todos os interlocutores foi tido como determinante para o desenvolvimento de um processo efetivamente descentralizador e respeitador da autonomia da escola.

No intuito de dar seguimento ao trabalho iniciado na I Sessão Legislativa, propõe-se que o Grupo de Trabalho continue a sua atividade na próxima Sessão da XIII Legislatura, visando:

- a) O necessário acompanhamento da Lei-quadro que se encontra em preparação ao nível Governamental que concretizará um novo Modelo Territorial, com novas competências para os municípios e freguesias na gestão de serviços públicos de proximidade, onde terão novas competências resultantes da descentralização de varias áreas de política pública, como a

Comissão de Educação e Ciência

educação (Vd. Programa Nacional de Reformas, p.35);

- b) A audição dos membros do Governo responsáveis, das áreas da Educação e das Autarquias Locais.

Susana Amador - Coordenadora do GT

Germana Rocha – PSD

António Eusébio – PS

Joana Mortágua – BE

Abel Baptista – CDS-PP

Ana Virgínia Pereira – PCP

Pedro Pimpão – PSD (suplente)

Sandra Pontedeira – PS (suplente)

Assembleia da República, 12 de julho de 2016

